

O tema do STF de número 1121 trata sobre a Constitucionalidade do compartilhamento com o Ministério Público Eleitoral para fins de apuração de irregularidades em doações eleitorais dos dados fiscais de pessoas físicas e jurídicas obtidos com base em convênio firmado entre a Receita Federal e o Tribunal Superior Eleitoral sem autorização prévia do Poder Judiciário